

Câmara Municipal de Mêda

Ata Número 21

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Mêda

Realizada no dia vinte e oito de agosto de dois mil e vinte e seis

Mêda

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, pelas quinze horas e quarenta minutos, realizou-se a Reunião Ordinária do Executivo Municipal, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mêda, sob a Presidência do Senhor António César Valente Figueiredo, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Mêda. Estive presente, pela coligação AD-PSD/CDS, o Senhor Vereador Carlos Alberto Batoco Montês. A Senhora Vereadora Carla Sofia Silva Sequeira não compareceu na reunião, tendo justificado a sua ausência. Igualmente esteve presente o Senhor Vereador Carlos Bruno Fial Pereira, e o Senhor Vereador Anselmo Antunes de Sousa, eleitos pelo Partido Socialista (PS). -----

A Reunião, foi secretariada pela Assistente Técnica desta Autarquia, Letícia Lopes Almeida. -----
Verificada a existência de "quórum", foi declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Intervenção do público; -----

Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; -----

Situação financeira – Conhecimento; -----

• 20.ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – para conhecimento; • 21.ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – para conhecimento; • 22.ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – para conhecimento; -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

Ponto 1 - Análise e aprovação da ata número 20 da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia vinte de agosto de dois mil e vinte e seis; **Ponto 2** - Atribuição de Apoio Financeiro - Fábrica da Igreja Paroquial de Longroiva; **Ponto 3** - Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Rabaçal para colocação de equipamentos de ar condicionado no Salão da Junta de Freguesia; **Ponto 4** - Apoio aos Alunos do concelho de Mêda - Atribuição de Bolsas de Estudo – aprovação das listas de ordenação final – 2026; -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Intervenção do público; -----

Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; -----

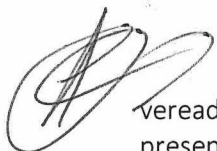
Situação financeira – Conhecimento; -----

• 20.ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – para conhecimento; -----

• 21.ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – para conhecimento; -----

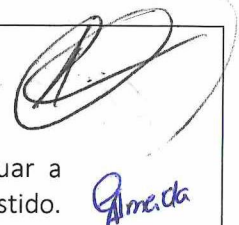
• 22.ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – para conhecimento; -----

Usou da palavra o Sr. **Presidente César Figueiredo**, deu início à reunião, cumprimentado todos os presentes, e de seguida passou ao momento da intervenção do público, mas não havendo ninguém inscrito deu seguimento a sua intervenção. Manifestou que queria registar apenas mais duas ou três situações, recordando que passou pouco tempo desde a última reunião, realizada na semana anterior, mas que, entretanto, tinham ocorrido algumas situações que considerava importante mencionar. Referiu que se deveria deixar também uma palavra relativamente às comemorações dos 100 anos da Santa Casa da Misericórdia. Referiu que tinha estado presente na cerimónia, tendo sido já anteriormente abordado esse tema, nomeadamente pelo Senhor



Alameda

vereador Carlos Fial, que tinha falado na reunião antes da cerimónia. Salientou que tinha estado presente e que pretendia, de uma forma ou de outra, realçar a sua presença e a importância daquela entidade e daquela casa ao longo do último século. Nesse sentido, foi acordado que seria elaborado um texto para esse efeito, pelo senhor Vereador Carlos Fial para posterior inclusão na ata, ficando o mesmo associado à reunião. Referiu ainda que tinha estado presente nas comemorações do feriado Municipal de Pinhel e que também tinha estado na cerimónia de assinatura dos contratos de apoio financeiro destinados aos bombeiros voluntários, em Pinhel. Transmitiu a informação de que o Governo de Timor-Leste concedeu ao Governo Português 10 milhões de dólares, no âmbito dos incêndios do ano anterior, tendo sido feita uma distribuição desse montante pelas corporações que tinham sido afetadas por esses mesmos incêndios no ano anterior. Referiu que aquele dinheiro não permitia a aquisição, na totalidade, da viatura VSCI, destinada ao combate a incêndios, cujo valor se situava próximo dos 300 mil euros. Nesse propósito, referiu que tinha havido um acordo com a CCDR, segundo o qual as Câmaras tinham de manifestar o seu interesse na vinda daquela viatura e que, caso os bombeiros não tivessem capacidade para financiar a diferença, seria a Câmara a assegurar esse financiamento. Referiu que, no âmbito dos ITI, estavam previstos 300 mil euros para a aquisição daquela viatura. Contudo, quando foi sinalizada a alteração do ITI para a aquisição da mesma, verificou-se que não poderia existir duplicidade de financiamento. Por esse motivo, o valor previsto no ITI não poderia ser utilizado para aquela viatura, passando a Câmara a financiar a diferença correspondente aos 25% não financiados. Referiu que esse valor seria de aproximadamente 102.500 euros, correspondente à parte não financiada da viatura. Referiu ainda que tinham sido atribuídas algumas dezenas de viaturas em toda a região Centro, tendo estado presentes os Presidentes de Câmara dos respetivos concelhos e os Presidentes das corporações de bombeiros, tendo esclarecido que esta informação era transmitida apenas para dar conhecimento do que tinha sido feito. Relativamente à outra viatura que já tinha sido aprovada anteriormente, no âmbito do ITI, referiu que essa aquisição deixava de se concretizar. Referiu que, neste momento, teria de existir uma remodelação do ITI no âmbito da proteção civil, caso esse fosse o entendimento, mas nunca para a aquisição de uma viatura daquela tipologia. Explicou que tal se devia ao facto de, caso a Câmara cedesse a sua posição, existir uma duplicação de investimento. Referiu que a Câmara tinha cedido a sua posição, no valor de 260 mil euros, para que os Bombeiros Voluntários pudessem apresentar a candidatura, sendo esse apoio de 85%, ficando posteriormente a Câmara responsável pelo pagamento dos 15%, conforme tinha sido aprovado em ata. Referiu que, com o financiamento através do Governo de Timor-Leste, essa cedência deixava de ser efetiva. O valor ficaria alocado aos ITI, no âmbito da proteção civil, mas para outras finalidades, contudo, não pretendia especular sobre qual seria a futura utilização daquele valor, uma vez que ainda não sabia para que finalidade seria destinado. Acrescentou que também teria de existir aprovação por parte da CIM, embora a situação anterior já tivesse tido aprovação por parte da CIM e do CODIS. Referiu que, perante esta situação de financiamento, pretendia deixar uma palavra de louvor ao Governo de Timor-Leste. Salientou que, embora o Governo de Timor-Leste não viesse a ler a ata, considerava importante registar que, quando um país como Timor-Leste disponibilizava financeiramente um montante daquela dimensão, isso demonstrava que considerava Portugal um país irmão. Referiu ainda que o Senhor Embaixador não tinha estado presente por motivos pessoais, mas que tinha sido lido, de forma reservada, um texto explicativo sobre as razões que tinham levado Timor-Leste a prestar aquele apoio, nomeadamente pelo facto de considerar Portugal um povo irmão e de entender que, naquele momento, perante a situação dos incêndios, deveria existir esse mesmo apoio. Referiu que o texto que tinha sido lido fazia referência ao facto de Portugal ser considerado um país irmão. Considerou que nem os próprios portugueses teriam uma atitude daquela natureza, salientando a solidariedade demonstrada por Timor-Leste para com Portugal perante os incêndios e referindo que o texto fazia efetivamente referência a essa questão. Referiu que esta informação era transmitida para que ficasse esclarecido que aquilo que tinha sido anteriormente aprovado deixava de produzir efeito. Esclareceu que o cabimento continuava previsto no âmbito da proteção civil, mas que esse valor


Almeida

seria retirado daquela finalidade para ser aplicado noutro efeito, que poderia continuar a enquadrar-se no âmbito da proteção civil, noutro eixo ou noutra área onde pudesse ser investido. Referiu que, posteriormente, essa situação seria novamente apresentada ao Executivo, quando fosse oportuno. Manifestou que, até ao ano seguinte e, certamente, antes do verão, deveria estar disponível uma viatura com aquelas características. Referiu que aquelas eram, basicamente, as duas situações que considerava mais pertinentes. Referiu ainda que tinha tido uma reunião com a REN, relacionada com a passagem da rede elétrica de alta tensão no concelho, cujo projeto já vinha do anterior mandato, na altura, tinha sido autorizado com parecer técnico, no sentido de não incidir em áreas que fossem consideradas inconvenientes para a valorização do território, embora a passagem tivesse de ser realizada. Referiu que, nessa reunião, tinha sido analisado o impacto da passagem da rede e de que forma a REN poderia apoiar na minimização desse impacto. Referiu que, conforme era do conhecimento de todos, no orçamento estava prevista uma rubrica relativa à valorização dos Trilhos da Teja, que já tinha sido sinalizada no mandato anterior e que seria destinada à zona da Teja, nomeadamente ao lençol de água da Teja e aos Trilhos da Teja. Referiu que iria verificar qual seria o valor que a REN poderia disponibilizar em termos de indemnização, para posteriormente perceber de que forma esse valor poderia ser investido na área da Teja. Considerou que aquela seria também a área onde passaria a rede e que algumas freguesias poderiam, neste caso, ser favorecidas, nomeadamente a freguesia de Prova de Casteirão, Aveloso, Outeiro de Gatos, Mêda, Poço de Canto e Ranhados, por ser a zona onde passaria o Trilho da Teja. Referiu que, posteriormente, iria dando conhecimento da evolução dessa situação. Por fim, referiu que, relativamente aos assuntos que tinha para apresentar, nada mais tinha a acrescentar, colocando-se à disposição para apresentar outras situações.

Usou da palavra o **Sr. Vereador Anselmo Sousa**, referiu que queria apenas falar de uma situação, salientando que, ao longo daqueles meses a Autarquia e bem, tem trazido as reuniões de Executivo, vários apoios às varias Associações do concelho. Reconheceu a importância que as Associações têm, tanto a nível cultural como noutros âmbitos, considerando que iriam ser de grande ajuda e que alguns apoios seriam muito importantes. Reforçou que concordava com esses apoios e, dirigindo-se ao colega de bancada, esclareceu que esperava que este não ficasse chateado com o que iria dizer. Referiu que tinha conhecimento de que a Associação do Rancho da Mêda estava a planear uma viagem à Suíça, durante a qual iria levar o nome do concelho de Mêda aos emigrantes, mas também aos portugueses que gostavam de ver pessoas da sua terra, na Suíça. Referiu que tinha conhecimento de que a viagem representava uma despesa grande e que alguns valores já tinham sido pagos ou assumidos. Nesse sentido, solicitou que o Município apoiasse esta iniciativa, considerando que a mesma iria, no fundo, levar e divulgar a nossa terra lá fora, junto de outras comunidades.

Usou da palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, referiu que tinha tido uma conversa com o Presidente da Direção, tendo ficado acordado que deixariam passar as Festas de Agosto para, posteriormente, realizarem essa mesma reunião. Referiu que a reunião teria também em consideração a forma como decorreriam as Festas de Agosto, nomeadamente em termos de financiamento. Referiu que o seu propósito era, na primeira quinzena de setembro, conforme tinha sido o compromisso assumido, voltarem a conversar, de forma a perceber como é que a Câmara poderia ajudar. Referiu ainda que considerava que a Câmara não se poderia desresponsabilizar dessa questão, nomeadamente no apoio às estruturas culturais, tendo mencionado, várias vezes, os Ranchos de Mêda, da Coriscada e a Banda do Aveloso. Salientou que a Banda do Aveloso era muito importante para a manutenção das tradições e para a valorização do território, considerando que não se poderia falar apenas dessas questões do palco para baixo e que, em termos políticos, seria necessário passar efetivamente à ação. Por fim,



CÂMARA
MUNICIPAL

Almeida

referiu que, durante a primeira quinzena de setembro, voltariam a falar sobre esta matéria e que, posteriormente, a mesma seria certamente apresentada para votação.

Usou da palavra o Sr. **Vereador Carlos Fial**, que começou por cumprimentar todos os presentes e referiu que não tinha trazido nada de particular, apenas uma situação que considerava pertinente e que pensava já ter sido abordada anteriormente. Referiu que, recentemente, tinha tido conhecimento de uma avaria nos camiões do lixo, encontrando-se os mesmos imobilizados, e questionou se já estava a ser planeada alguma intervenção nesse sentido, manifestando que o material era obsoleto, que já tinha muitos anos e que ambos os camiões acumulavam muitas horas de trabalho. Questionou se estava prevista a substituição de algum dos dois camiões de recolha de lixo e quais os planos que estavam a ser desenvolvidos nesse sentido. Referiu ainda que esta questão remetia também para outra matéria que já tinha sido abordada anteriormente, relacionada com os equipamentos de proteção individual dos funcionários que trabalhavam na recolha do lixo. Referiu que continuava a verificar que, muitas vezes, alguns funcionários não andavam devidamente identificados e visivelmente equipados para o desempenho daquela tarefa, não sabendo se tal se devia aos próprios funcionários ou à falta de equipamento. Expôs também ter tido conhecimento de que, durante o período em que ocorreram aquelas avarias, tinha havido situações em que o lixo tinha sido recolhido manualmente e posteriormente carregado manualmente noutro tipo de transporte. Considerou que esta situação também remetia para a questão do suplemento de insalubridade, entendendo que deveria ser dada atenção aos funcionários através do reforço desse suplemento, uma vez que a recolha do lixo constituía uma das funções básicas do serviço público e que, por esse motivo, deveria ser valorizada. Por fim, referiu que deixava aquelas questões, reforçando a sua preocupação relativamente aos camiões do lixo, uma vez que se tratava de investimentos avultados e que ambos estavam a apresentar falhas de forma constante, sendo que essas avarias já não eram recentes. Questionou, por isso, se estava a ser planeado algum investimento significativo para a sua substituição. Referiu ainda que, anteriormente, tinha sido abordada a possibilidade de rever o modelo de recolha e questionou se essa intenção se mantinha. Caso já não se mantivesse, questionou se o Executivo tinha alguma ideia sobre o que fazer.

Usou da palavra o Sr. **Presidente César Figueiredo**, referiu que aquela situação constituía um problema, uma vez que o veículo mais novo tinha 30 anos e o outro tinha ainda mais. Referiu que ambos tinham muitas horas de trabalho e que, cada vez mais, os resíduos estavam também associados àquilo que eram as tarifas e os tarifários e que essa era uma questão que era necessário resolver. Recordou que, no anterior mandato, tinha sido dada incidência à substituição dos veículos autocarros, uma vez que se encontravam em fim de vida, não apenas do ponto de vista de poderem continuar a circular, mas também da confiança para andar na estrada com crianças, tendo sido adquiridos dois ou três autocarros para esse efeito. Referiu que já vinha a ser feita uma avaliação das necessidades e que, naquele momento, era conhecida a necessidade de alteração e valorização da frota, devendo ser colocada uma frota nova. Referiu que essa avaliação estava também na convenção do Senhor Vice-Presidente e que o trabalho já estava a ser desenvolvido. Esclareceu que essa questão era anterior e não tinha diretamente a ver com a avaria ocorrida. Referiu que, segundo o que tinha conhecimento através dos funcionários, as avarias tinham sido recorrentes ao longo dos últimos 10 anos. Referiu que, naquele momento, o posicionamento era avançar para a aquisição de, pelo menos, um veículo, salientando que, mesmo antes daquela ocorrência, já tinham sido dados alguns passos nesse sentido. Referiu que, relativamente à recolha do lixo, estava garantida por força da contratualização um veículo com uma empresa externa com capacidade e condições para assegurar a recolha do lixo, evitando que esta tivesse de ser realizada manualmente. Explicou que a situação em que o lixo tinha sido

recolhido manualmente tinha resultado de um episódio relacionado com a avaria do próprio veículo, que tinha obrigado a descarregar o lixo e, posteriormente, a proceder à sua recolha, não sendo, de todo, intenção tornar essa situação uma normalidade. Referiu que, naquele momento, os dois veículos se encontravam em reparação. Relativamente a um deles, referiu que estava numa fase mais avançada, embora ainda faltassem algumas peças. Quanto à Mercedes, que tinha sido a última a avariar, referiu que ainda não tinha sido detetado qual era o tipo de avaria. Referiu que, a partir do momento em que seja detetada a avaria da Mercedes, será necessário avaliar se valeria a pena avançar com a reparação, alteração e modificação ao nível do motor. Explicou que os dois veículos poderiam, possivelmente, voltar ao serviço, em momentos distintos, mas que, mesmo que voltassem ao trabalho, não seria interrompido o processo que já tinha sido iniciado pelo aluguer durante 1 mês de um camião do lixo, manifestando assim que essas medidas já tinham sido tomadas e que não deveria existir preocupação. Quanto ao subsídio de salubridade, referiu que, as pessoas que tinham estado envolvidas na recolha já tinham esse subsídio. Acrescentou que, caso alguma não o tivesse, seria necessário perceber quem era essa pessoa, uma vez que as pessoas envolvidas na recolha do lixo eram as mesmas que trabalhavam no camião, incluindo os motoristas. Explicou que, relativamente ao valor máximo desse subsídio, sabia que a questão já tinha sido abordada anteriormente e que tinha sido discutida no início do ano. Manifestou ainda que tinha sido tomada uma posição remuneratória, iniciada no anterior mandato, numa altura em que não existia essa posição remuneratória relativamente ao subsídio. Referiu que, naquele momento, seria uma decisão política decidir se haveria ou não lugar a um aumento, considerando que essa discussão deveria ser feita quando a situação se colocasse e não naquele momento. Por fim, reafirmou que as pessoas envolvidas na recolha já tinham aquele subsídio, na sequência da aprovação que tinha sido feita no início do ano, considerando que, relativamente à questão do orçamento, a mesma ficava respondida. De seguida apresentou a situação financeira, a 20.ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, 21.ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano e a 22.ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o conhecimento do Executivo.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

Ponto 1 - Análise e aprovação da ata número 9 20 da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia vinte de agosto de dois mil e vinte e seis;

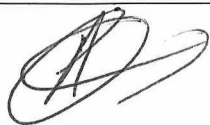
Após análise do ponto, o Sr. **Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata nº20 referente à reunião Ordinária de Câmara realizada no dia vinte de agosto de dois mil e vinte e seis, devendo a mesma ser divulgada nos meios do Município.

Ponto 2 - Atribuição de Apoio Financeiro - Fábrica da Igreja Paroquial de Longroiva;

Após análise do ponto, o Sr. **Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar atribuição de um apoio financeiro no montante total de 5.000,00€ (cinco mil euros), à Fábrica da Igreja Paroquial de Longroiva, destinado a apoiar a aquisição dos referidos equipamentos de ar condicionado, sendo o referido apoio concedido sob a forma de protocolo.

Ponto 3 - Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Rabaçal para colocação de equipamentos de ar condicionado no Salão da Junta de Freguesia;

Após análise do ponto, o Sr. **Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar ao abrigo do Regulamento Municipal de



CÂMARA
MUNICIPAL

Atribuição de Apoios às Freguesias, atribuir um apoio financeiro no montante total de € 10,000,00 (dez mil euros) à Freguesia de Rabaçal, destinado à colocação de equipamentos de ar condicionado no Salão da Junta de Freguesia.

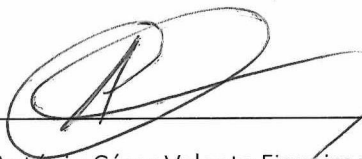
Ponto 4 - Apoio aos Alunos do concelho de Mêda - Atribuição de Bolsas de Estudo – aprovação das listas de ordenação final – 2026;

Após análise do ponto, o Sr. Presidente César Figueiredo, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de uma bolsa de mérito académico suplementar, passando o número de bolsas a atribuir a ser de 6 (seis) bem como aprovar a lista definitiva dos candidatos às bolsas de estudo por insuficiência económica e mérito académico em anexo à presente proposta, dela fazendo parte integrante, com o número de 26 candidatos, perfazendo o valor global do apoio a ser de 13.000,00 € (treze mil euros).

Por fim, foi deliberado que os assuntos constantes desta reunião sejam aprovados em minuta, de acordo com o disposto no n.º 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I a que se refere o nº2 do artigo 1º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação. -----

Encerramento - Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Câmara deu como encerrada a reunião pelas dezasseis horas e vinte minutos. Para que todos os assuntos abordados constassem, lavrou-se a presente Ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que compreende 7 páginas, que vão ser rubricadas e assinadas pelo Presidente e por mim que a secretariei.

O Presidente da Câmara Municipal de Mêda



(Eng. António César Valente Figueiredo)

A Secretária



(Leticia Lopes Almeida)

Voto de Louvor pelo Centenário da Santa Casa da Misericórdia de Mêda

“A Câmara Municipal de Mêda delibera por unanimidade aprovar um Voto de Louvor à Santa Casa da Misericórdia de Mêda, por ocasião da celebração do seu centenário, assinalando cem anos de dedicação ao próximo, de solidariedade e de serviço à comunidade.

Ao longo de um século, esta instituição tem desempenhado um papel fundamental no apoio aos mais vulneráveis, promovendo os valores da solidariedade, da dignidade humana e da fraternidade, honrando a tradição das Misericórdias e contribuindo de forma significativa para o bem-estar da população do concelho.

Neste momento de particular significado, a Câmara Municipal expressa o seu reconhecimento e gratidão a todos os que, ao longo destes cem anos, contribuíram para a história e missão desta nobre instituição, em especial seus beneméritos, dirigentes e colaboradores, formulando votos de continuidade de um percurso pautado pela dedicação, humanidade e compromisso social.”

O Presidente da Câmara Municipal de Mêda



(Eng. António César Valente Figueiredo)

